

Passando a fronteira em tempos conturbados. Refugiados espanhóis em Portugal no decorrer da década de 1930

Crossing the border in troubled times. Spanish refugees in Portugal during the 1930s

Traverser la frontière en des temps troublés. Réfugiés espagnols au Portugal dans les années 1930

Cruzando la frontera en tiempos difíciles. Refugiados españoles en Portugal durante la década de 1930

Fábio Alexandre Faria
ISCTE - IUL
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia - IUL
Fabio_Faria@iscte-iul.pt

Resumo: Este artigo pretende analisar a presença de refugiados espanhóis em Portugal durante a década de 1930. Procura-se compreender as diferenças e as semelhanças que caracterizaram os vários momentos de chegada de refugiados ao país, em especial após 1931, na sequência da instauração da II República em Espanha, e entre 1936 e 1939, no contexto da guerra civil. Procura-se também perceber a forma como o regime salazarista reagiu a cada um deles, tendo em consideração o contexto ibérico do período em questão, fortemente conturbado e marcado por várias alterações nas relações entre os países, que influenciaram a forma como os refugiados foram percebidos em Portugal, nomeadamente a emergência dos fascismos ibéricos e a ocorrência da guerra civil espanhola.

Palavras-chave: Refugiados, relações ibéricas, Guerra Civil de Espanha, salazarismo.

Abstract: This article intends to analyze the presence of Spanish refugees in Portugal during the 1930s. It seeks to understand the differences and similarities that characterized the various moments of arrival of refugees in the country, especially after 1931, following the establishment of the Second Republic in Spain, and between 1936 and 1939, in the context of the civil war. It also seeks to understand how the Salazar's regime reacted to each of them, taking into account the Iberian context of the period in question, which was highly troubled and marked by several changes in relations between countries, which influenced the way refugees were perceived in Portugal, namely the emergence of Iberian fascisms and the occurrence of the Spanish Civil War.

Keywords: Refugees, iberian relations, Spanish Civil War, salazarism.

Résumé: Cet article se propose d'analyser la présence des réfugiés espagnols au Portugal dans les années 1930. Il cherche à comprendre les différences et les similitudes qui ont caractérisé les différents moments d'arrivée des réfugiés dans le pays, notamment après 1931, suite à l'établissement de la Deuxième République en Espagne, et entre 1936 et 1939, dans le contexte de la guerre civile. Il cherche également à comprendre comment le régime de Salazar a réagi à chacun d'eux, en tenant compte du contexte ibérique de la période en question, très troublé et marqué par plusieurs changements dans les relations entre les pays, qui a influencé la façon dont les réfugiés étaient perçus au Portugal, à savoir, l'émergence des fascismes ibériques et l'apparition de la guerre civile espagnole.

Mots clés: Réfugiés, relations ibériques, guerre civile espagnole, salazarisme.

Resumen: Este artículo pretende analizar la presencia de refugiados españoles en Portugal durante la década de 1930. Se busca comprender las diferencias y similitudes que caracterizaron los distintos momentos de llegada de refugiados al país, especialmente a partir de 1931, tras la instauración de la Segunda República en España, y entre 1936 e 1939, en el contexto de la guerra civil. También se busca comprender cómo el régimen de Salazar reaccionó ante cada uno de ellos, teniendo en cuenta el contexto ibérico del período en cuestión, muy convulso y marcado por varios cambios en la relaciones entre los países, lo que influyó en la forma en que se percibía a los refugiados en Portugal, a saber, el surgimiento de los fascismos ibéricos y la ocurrencia de la guerra civil española.

Palabras llave: Refugiados, relaciones ibéricas, Guerra Civil Española, salazarismo.

Introdução

A década de 1930 foi de importantes alterações políticas em Portugal e em Espanha, que influenciaram a movimentação de pessoas de ambos os países no espaço ibérico. Do lado português, em abril de 1933, a aprovação por plebiscito da Constituição substituiu formalmente a Ditadura Militar, instituída a 28 de maio de 1926, por uma ditadura civil chefiada por Oliveira Salazar. Em Espanha, as mudanças políticas foram mais numerosas e significativas, com destaque para a substituição de um governo ditatorial pela II República nos inícios dos anos 1930. Outro momento importante ocorreu em 1936, quando a Frente Popular, uma coligação de esquerdas que congregava socialistas, comunistas e republicanos, obteve a vitória nas eleições de fevereiro, a que se seguiu, poucos meses depois, em julho, o início de uma guerra civil que só terminaria em abril de 1939, na sequência de um levamento militar desencadeado pela extrema-direita e liderado pelo general Francisco Franco.

Estas alterações, para além de demonstrarem a agitação política que então se vivia na Península Ibérica, estiveram na origem da evasão de muitos portugueses e espanhóis para o país vizinho, uma vez que a situação política no seu país de origem lhes era hostil, tendo em conta os princípios políticos e as ideologias que defendiam, para além daqueles que pretendiam fugir aos perigos da Guerra Civil de Espanha (1936-1939). Portanto, o período cronológico que aqui consideramos, entre 1931 e 1939, foi bastante rico em termos de deslocções forçadas de pessoas que tiveram em comum a saída para o país fronteiriço por medo de serem perseguidos por divergências políticas e/ou devido ao despontar de situações de guerra, sendo um movimento realizado por apoiantes de qualquer causa política ou de qualquer grupo envolvido em conflitos bélicos.

Este artigo pretende abordar a passagem de refugiados espanhóis por Portugal ao longo da década de 1930, evidenciando-se as principais semelhanças e diferenças que marcaram os vários movimentos de entrada no país vizinho, assim como a forma como o governo português reagiu e se comportou perante a chegada destes fugitivos, muitos dos quais, em função da sua posição política, eram vistos como «indesejáveis».

A situação política ibérica nos anos 1930

Do ponto de vista político, a situação na Península Ibérica ao longo dos anos 1930 foi particularmente conturbada, com muitas e importantes alterações governamentais que tiveram significativas consequências sociais, uma das quais assentou no fenómeno no refúgio, em especial o espanhol dirigido a Portugal. Aliás, o refúgio espanhol decorrente da Guerra Civil de Espanha insere-se numa ampla circulação de pessoas que marcou a primeira metade do século XX, movimento essencialmente provocado pela ocorrência de conflitos armados e pela ascensão dos regimes autoritários no período entre guerras.

É precisamente nesta última dimensão que se insere a realidade da Península Ibérica das décadas de 1920 e de 1930, durante as quais predominou a emergência e a consolidação de governos de cariz autoritário. No decorrer da década de 1920, tanto em Espanha como em Portugal foram implementadas ditaduras. Em Espanha, o general Primo de Rivera instituiu um regime ditatorial que vigorou entre setembro de 1923 e janeiro de 1930, ao passo que em Portugal, poucos anos mais tarde, a I República, existente desde 1910, caiu perante um movimento militar liderado pelo general Gomes da Costa. Este golpe de Estado, realizado em maio de 1926, inaugurou uma ditadura militar que perdurou até abril de 1933, data do início oficial do autodenominado Estado Novo, regime autoritário e ditatorial que só seria derrubado em abril de 1974.

Ao contrário do que se verificou no país vizinho, onde a situação política estabilizou, a realidade espanhola durante os anos 1930 foi bastante mais agitada, com sucessivas mudanças de regime e de governo, levando a que durante parte desta década a Península Ibérica tenha vivido num clima de antagonismo. Um dos fatores que mais contribuiu para esta oposição foi, para além das visíveis diferenças políticas e ideológicas entre os dois países, a tendência federalista que a República espanhola manifestava, em especial Manuel Azãna, que defendia o estabelecimento da unidade peninsular por intermédio de um federalismo democrático (Sardica, 2013: 99). Perante a nova realidade

em Espanha, o governo português, ainda liderado por Domingos de Oliveira em contexto de Ditadura Militar, procurou marcar o seu distanciamento, assumindo uma postura de neutralidade e proibindo qualquer manifestação que se relacionasse com os acontecimentos espanhóis (Vicente, 2003: 219).

A situação na Península Ibérica dos inícios da década de 1930 tornava-se ainda mais grave devido ao auxílio que o governo republicano espanhol, desde 1931, passou a prestar a quem se opunha à política portuguesa e pretendia fugir à repressão governativa. Muitos destes opositores, republicanos, comunistas e anarquistas, responsáveis por diversas revoltas desencadeadas contra a Ditadura Militar e, posteriormente, contra o Estado Novo, procuraram acolhimento nos países mais próximos, nomeadamente em Espanha e em França (Clímaco, 2017)¹. De facto, o governo liderado por Azaña empenhou-se em garantir empréstimos, fornecer armamento e dar guarida a estes exilados opositores, manifestando claramente o chefe espanhol a sua posição ao afirmar que o fim da ditadura portuguesa «colmaría todas mis ambiciones, y ya podría decir que había hecho un servicio a España» (Queirós, 2009: 138). Como tal, o objetivo seria patrocinar um movimento revolucionário que permitisse o estabelecimento de um regime político em Portugal mais próximo da República espanhola.

A nomeação de Oliveira Salazar para a presidência do Conselho de Ministros em Portugal, em julho de 1932, e a posterior instituição formal do Estado Novo significaram uma maior dureza na posição assumida em relação a Espanha, tendo em consideração as manifestações anexionistas por parte de Madrid e a colaboração espanhola com os revolucionários portugueses, e que incluíam, naturalmente, a queda do novo líder português (Sánchez Cervelló, 2002: 278). No entanto, a partir dos finais de 1933 a situação tornou-se mais favorável a Portugal, uma vez que passaria a vigorar um novo governo em Espanha que apresentava a particularidade de, pela primeira vez, a maioria das pastas ministeriais estar concentrada nas mãos da direita. No mesmo sentido, Alejandro Lerroux, novo líder governamental, procurou maior apoio junto da CEDA de Gil Robles a partir de outubro de 1934, inaugurando o período conhecido por «biénio

¹ Este conjunto de revoltas ficou conhecido por «revirinho», numa referência a uma intenção de retornar à situação anterior, a I República, e conheceu um maior dinamismo entre 1927 e 1931. Foi um período durante o qual ocorreram diversas tentativas de golpe de Estado, tanto militares como civis, especialmente no decorrer de 1931, registando-se movimentos em várias cidades portuguesas e também nas colónias (Farinha, 1996).

cedista» (1934-1936), salientando-se a retirada de apoio aos portugueses exilados em Espanha (Sardica, 2013: 114).

Uma nova viragem na política espanhola voltou a incrementar os receios em Portugal. Nas eleições de 16 de fevereiro de 1936 a direita acabou por sair derrotada e triunfou a Frente Popular, significando o regresso de Manuel Azaña ao poder e o redobrar do perigo anexionista. Perante o novo cenário, e na impossibilidade de um entendimento com Madrid, Salazar procurou chamar a atenção de Inglaterra, a grande aliada de Portugal, para o perigo que representava para o país o triunfo das esquerdas no Estado vizinho, tendo em conta as suas «ideias anexionistas ou federalistas ibéricas» (Pena Rodríguez, 1999: 28). Como ações imediatas após as eleições destacam-se a substituição do moderado Alcalá Zamora na presidência da República por Azaña, em abril, e a chefia do governo entregue a Casares Quiroga, no mês seguinte (Sardica, 2013: 115).

Com estas alterações o «perigo espanhol» voltou a estar novamente em evidência na agenda política e diplomática portuguesa de forma particularmente intensa. Esta pretensão espanhola relativamente ao território português tinha-se tornado, desde a implantação da República em Portugal num particular condicionante da política externa nacional, um fator que sempre influenciou as relações entre os Estados ibéricos (Torre Gómez, 2010: 45). De facto, a anterior experiência de 1931 a 1933 havia demonstrado a Salazar a ameaça que a vigência de um governo de esquerda em Espanha representava para o seu regime (Torre Gómez, 1998). Interessado em suprimir a ameaça democrática, Salazar mostrava-se favorável à queda do regime republicano espanhol, motivo pelo qual fez uso do tradicional «perigo espanhol» para alimentar o sentimento de nacionalidade português como forma de oposição ao governo da República (Sanz-Hernando, 2020: 160). O início do ano de 1936 em Espanha ficou marcado pela conquista do poder por parte da esquerda, contudo a extrema-direita manteve-se ativa e reagiu. Os confrontos entre as forças políticas rivais sucedem-se e intensificam-se, resultando em mais de 250 vítimas mortais no período decorrente entre fevereiro e julho (Queirós, 2009: 138), antevendo-se a violência que iria marcar o futuro conflito (Sardica, 2013: 118).

Neste contexto de constante confronto político-ideológico e de mudanças políticas na Península Ibérica, as relações externas entre os dois Estados conheceram diversos avanços e recuos. Do ponto de vista governamental e institucional, estas relações pautaram-se, ora por uma maior acalmia, ora por uma maior agitação, o que acabou por

influenciar diretamente a movimentação de refugiados. Era o tipo de governo existente num e noutra país que ditava a maior proximidade ou o maior afastamento entre os dois Estados e, tendo em conta que, ao nível da vigência do regime político, a situação em Portugal foi relativamente estável durante este período, com a permanência de uma ditadura, primeiro militar e depois civil, foram sobretudo as mudanças políticas ocorridas em Espanha que influenciaram as relações ibéricas. No período que compreende o início da Ditadura Militar em Portugal, a 28 de maio de 1926, e o deflagrar da Guerra Civil de Espanha, a 18 de julho de 1936, ocorreram diversos momentos distintos que pautaram as relações entre os dois países, (Oliveira, 1995: 32). De uma forma geral, verificou-se uma maior proximidade aquando da vigência de governos que, do ponto de vista político e ideológico, se encontravam mais identificados, ocorrendo um maior afastamento quando os governos se mostravam mais antagónicos e divergentes. Entre o início da II República e novembro de 1933 a divergência e a incompatibilidade caracterizaram o relacionamento ibérico, tal como se observou a partir de fevereiro de 1936, devido à instauração de um regime democrático em Espanha e à consolidação de um regime autoritário em Portugal. No período que mediou entre dois momentos, entre novembro de 1933 e fevereiro de 1936, a instalação de um governo conservador em Espanha levou a uma aproximação entre os países (Pena Rodríguez, 2010: 441).

A partir de julho de 1936 assistiu-se a um alinhamento de interesses entre o Estado Novo de Salazar e o grupo nacionalista liderado pelo general Francisco Franco. Em sentido contrário, o regime português opunha-se ao outro lado que estava envolvido na guerra em Espanha, o governo legítimo da República. A guerra civil colocou em campos opostos a direita, representada pelos nacionalistas (rebeldes, franquistas) de Franco, e a esquerda, onde estavam presentes os republicanos (governamentais, «vermelhos»), presididos por Manuel Azaña. Internacionalmente, os primeiros contaram com apoios provenientes das forças nazi-fascistas, Alemanha e Itália, ao passo que os segundos receberam auxílio proveniente da URSS e do México.

A posição assumida por Portugal perante o conflito então emergente pautou-se pela proximidade e pelo auxílio concedido aos franquistas. Salazar facilitou todas as ações que eram destinadas a favorecer os rebeldes espanhóis, um comportamento que não deve ser minimizado, mesmo em comparação ao auxílio alemão e italiano, uma vez que, sobretudo na fase mais inicial da guerra, a ajuda portuguesa foi fundamental para garantir a

retaguarda dos nacionalistas e de quem os apoiava. Portugal desempenhou um importante papel diplomático a favor de Franco na esfera internacional, defendendo a causa nacionalista como se se tratasse de um assunto interno português (Heras Hernández, 1992: 276). Aliás, Salazar percecionou a contenda espanhola como uma questão nacional, sabendo que o futuro que esta tomasse influenciaria diretamente o destino do seu regime (Pena Rodríguez, 2010: 461)

Nesta lógica de auxílio, elementos nacionalistas puderam circular de forma livre pelo território português, houve a passagem de armamento e de transporte de origem alemã e italiana por Portugal destinados aos rebeldes, foi autorizado o fornecimento de alimentos, armas e munições aos franquistas, assistiu-se à conceção de créditos na banca portuguesa, vários portugueses lutaram ao lado dos sublevados e a causa nacionalista conheceu uma propaganda favorável na rádio e na imprensa em Portugal, ao mesmo tempo que se condenava e depreciava a ideologia comunista (Oliveira, 1995: 50-51).

A guerra civil também teve impacto em Portugal, nomeadamente ao nível de alterações institucionais. Com efeito, a situação espanhola a partir de fevereiro de 1936 e, em particular, o «perigo vermelho» em evidência na guerra civil, isto é, o tradicional «perigo espanhol» de anexação de Portugal agora atribuído aos comunistas, estiveram no centro das preocupações do governo português e conduziram à formação de uma milícia paramilitar, a Legião Portuguesa, em setembro de 1936. Esteve muito presente na criação desta nova organização o caráter anticomunista do Estado Novo e a posição que o governo português assumiu perante o conflito espanhol (Rodrigues, 1996: 45). De igual forma, a guerra civil foi também favorável à consolidação da Mocidade Portuguesa, uma organização de enquadramento juvenil criada em maio, uma vez que se entendia ser necessário proteger os jovens portugueses das ideias revolucionárias, avançadas e subversivas, como o regime as apelidava, que então tinham força nas regiões de Espanha dominadas pelos republicanos (Meneses, 2010: 163).

Há que ter também em consideração, enquanto acontecimento que contribuiu para o endurecimento do regime salazarista no contexto da Guerra Civil de Espanha, a revolta dos marinheiros da Organização Revolucionária da Armada (ORA), com ligações ao Partido Comunista Português (PCP), realizada nos inícios de setembro de 1936. O objetivo deste movimento seria fazer seguir para a Espanha republicana alguns barcos portugueses que se encontravam no Tejo para ajudar na guerra contra os nacionalistas,

contudo não teve sucesso, uma vez que a rebelião foi controlada pelas forças fiéis ao regime. Salazar acabou por fazer uso deste acontecimento em prol da ideologia do seu regime e como justificação para intensificar a luta contra o comunismo, o que, implicava, naturalmente, o reforço das medidas repressivas (Rodrigues, 2019: 47). Neste sentido, podemos considerar que a ocorrência da guerra civil e a situação vivida nos finais da década de 1930 tiveram uma implicação direta no processo de endurecimento repressivo do regime salazarista a que se assistiu durante esse período.

Refugiados espanhóis em Portugal antes da Guerra Civil de Espanha (1931-1936)

Embora tenham sido os refugiados republicanos espanhóis a provocar um maior impacto em Portugal, e também internacionalmente, durante a Guerra Civil de Espanha, já antes vários outros refugiados dessa nacionalidade haviam procurado acolhimento no país vizinho. O que os levava a sair de Espanha relaciona-se, sobretudo, com a situação política então vigente no país, um governo republicano de esquerda com o qual não se identificavam e que pretendiam derrubar. Neste sentido, importa mencionar que este movimento manifestou-se com mais intensidade entre 1931, quando foi caído o regime ditatorial e foi implementada a II República, e julho de 1936, altura em que se iniciou a guerra civil. No decorrer deste último ano foi de particular importância o triunfo eleitoral da Frente Popular, em fevereiro, enquanto fator gerador da fuga de espanhóis que se lhe opunham, receosos de sofrerem perseguições de cariz político.

Este êxodo foi protagonizado essencialmente por elementos monárquicos, conservadores e militares que discordavam da instauração de um regime republicano e que procuravam estabelecer um governo autoritário de direita. Entre estes refugiados marcaram presença o marquês de Quintanar, José Calvo Sotelo e José Sanjurjo y Sacanell, que havia estado próximo do general Primo de Rivera durante o seu governo e fora diretor da *Guardia Civil* (Sardica, 2013: 108). Embora o movimento destes refugiados em direção à fronteira portuguesa se tenha iniciado logo a partir de 1931, foi sobretudo a partir do verão do ano seguinte que se tornou mais significativo e intenso, em particular devido ao falhanço de um golpe militar conduzido pelo general Sanjurjo, que levou à fuga de vários dos seus intervenientes para Portugal para evitar a repressão das forças

governamentais. O próprio líder desta tentativa falhada refugiar-se-ia também em Portugal, mais propriamente no Estoril, a partir de 1934 (Oliveira, 1987: 78).

O estabelecimento em Portugal de um dos mais importantes líderes da direita espanhola serviu como um íman, atraindo muitos daqueles que tinham como objetivo lutar contra a República e precisavam de um território seguro para desenvolver as suas atividades conspirativas. Neste sentido, Portugal apresentava-se como a alternativa ideal, favorecido pela proximidade geográfica e pela vigência do regime autoritário de Salazar. Como tal, não surpreende que o número de espanhóis que deram entrada em Portugal durante a primeira metade da década de 1930 (até ao início do conflito espanhol) tenha sido significativo, sobretudo em comparação com o período da guerra civil. Efetivamente, os dados disponibilizados pela Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE) sugerem entradas e saídas mais numerosas de estrangeiros ao longo dos anos de 1933, 1934, 1935 e primeira metade de 1936 pela fronteira terrestre, movimentos que foram massivamente realizados por cidadãos de nacionalidade espanhola. Por exemplo, em 1934, entraram 33.693 espanhóis num total de 43.459 estrangeiros e dos 41.981 não portugueses que saíram, 31.425 também eram dessa nacionalidade; em 1935, entre os 46.078 estrangeiros que entraram, 34.887 eram de nacionalidade espanhola, contabilizando-se 34.108 espanhóis entre o total de 45.421 estrangeiros que deixaram o território português².

Quadro 1 – Entrada e saída de estrangeiros de Portugal (1934-1935)

Anos	Entradas		Saídas	
	Estrangeiros (total)	Espanhóis	Estrangeiros (total)	Espanhóis
1934	43.459	33.693	41.981	31.425
1935	46.078	34.887	45.421	34.108

Fonte: ANTT, *Arquivo da PIDE/DGS*, SC, N.º 9258, Relatório da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (1932-1938).

² Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Arquivo da PIDE/DGS*, Serviços Centrais, N.º 9258, Relatório da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (1932-1938).

Já no decorrer da primeira metade de 1936, nos seis meses e meio que antecederam a guerra civil, ter-se-á registado uma fixação de 2.600 espanhóis em solo português (Cunha, 2006: 260). Ou seja, em cerca de metade do espaço temporal, o número de espanhóis que se fixou em Portugal entre janeiro e julho de 1936 foi mais elevado do que a estatística apresentada para todo o ano de 1934 (2.208) e consideravelmente superior ao observado no ano seguinte (779). Atente-se nas palavras do capitão Agostinho Lourenço, diretor da PVDE desde a sua criação em agosto de 1933, a respeito da movimentação na fronteira neste período em concreto:

A «Frente Popular» em Espanha veio dar às fronteiras portuguesas um movimento muito diverso, tanto pelo número, como pelo aspeto. Ao trânsito regular e ao bulício despreocupado e quase alegre de turistas e gente de negócios, sucedeu-se nas fronteiras uma agitação febril de gente preocupada e ansiosa de terminar as formalidades de «entrada», para se poder considerar admitida no nosso País, terra de paz e abrigo³.

Estes refugiados, que entendemos ser de direita, uma vez que pretendiam derrubar a República em Espanha, concentraram-se, em particular, na região litoral do país, residindo em localidades como Lisboa, Estoril e Figueira da Foz, o que permite afirmar, em primeiro lugar, que eram pessoas que gozavam de algumas posses. A sua presença fez com que estas povoações, em especial as primeiras, passassem a constituir importantes lugares de preparação da sublevação de julho de 1936, devido ao facto de o governo português facilitar a circulação e a concentração de espanhóis que eram enviados a Portugal por uma das principais personalidades ligadas à conspiração, o general Emilio Mola (Oliveira, 1985: 271). A estadia de refugiados espanhóis de direita na linha litoral do país foi documentada pelo jornalista inglês Ralph Fox, relatando que “O Estoril... é o paraíso de um exilado. Os grandes de Espanha, os condes, os marqueses e os duques, apaixonaram-se pelo Estoril. Enchem o casino todas as noites...” (Fox, 2006: 65-66). Do ponto de vista económico, a permanência do general Sanjurjo no Estoril acabou por ser benéfica para o país, uma vez que atraiu outros espanhóis de um estatuto social mais elevado, assim como motivou a vinda das famílias que os visitavam, particularmente no verão, somando a todos os restantes cidadãos desta nacionalidade que já escolhiam Portugal para a prática de veraneio (Anjos, 2012: 169).

³ ANTT, *Arquivo da PIDE/DGS*, SC, N.º 9258, Relatório da PVDE (1932-1938).

No entanto, não se pode considerar que os refugiados espanhóis anteriores à guerra civil tenham circulado exclusivamente pela região litoral. Com efeito, estes «refugiados ricos» ter-se-ão movimentado um pouco por todo o país, ação facilitada pelo facto de usufruírem de mais posses. Foi o caso de A. Betansos, um espanhol que estabeleceu residência na região de Moura, no Alentejo, inserido num movimento de refugiados que era considerado pacífico por parte da imprensa local (Barriga, 1999: 11). Devemos olhar para esta posição da imprensa portuguesa no contexto das relações luso-espanholas neste período, encontrando-se o regime salazarista em oposição à República espanhola e, portanto, conivente com a presença de refugiados que propunham uma solução política direita para Espanha, mais próxima dos seus próprios interesses. Com efeito, o comportamento do governo português perante a chegada destes espanhóis foi bastante distinto comparativamente ao caso dos refugiados da guerra civil, fruto do entendimento que tinha em relação aos acontecimentos do outro lado da fronteira.

Uma das estratégias usadas pelo regime salazarista para proteger estes refugiados de direita passou por ignorar os pedidos que eram feitos pelas autoridades diplomáticas para que estes fossem vigiados. Em resposta, a PVDE argumentava que não tinha conhecimento que estes espanhóis entrassem em Portugal na condição de refugiados, uma vez que tinham toda a documentação legal para o efeito, e que, na inexistência de um acontecimento revolucionário em Espanha, não fazia sentido que fossem classificados como tal (Oliveira, 1987: 117). Esta posição da PVDE reflete aquela que foi a política seguida pelo Estado Novo relativamente aos refugiados espanhóis anteriores à guerra civil, que, neste particular, foram beneficiados pela ideologia que defendiam. À entrada em Portugal viram-se confrontados com um acolhimento mais favorável e com maiores facilidades concedidas pelo governo e pelas autoridades portuguesas, que constituíam os seus representantes no terreno, em particular na fronteira, primeiro contacto destes espanhóis no país vizinho. Como tal, os refugiados espanhóis dos inícios da década de 1930 distinguiram-se daqueles que protagonizaram o movimento no contexto da guerra civil a vários níveis, como posição política e estatuto social, a que se somou a forma como foram perçecionados pelo governo português e os locais por onde circularam em Portugal.

Observou-se a presença de um princípio de reciprocidade na questão dos refugiados ibéricos dos inícios da década de 1930. Por um lado, o governo autoritário português proporcionou acolhimento e permitiu que os refugiados espanhóis de direita

desenvolvessem as suas atividades conspirativas destinadas a derrubar a República em Espanha. Esta, por seu turno, foi conivente com as ações de oposição levadas a cabo por elementos portugueses de esquerda, como comunistas, republicanos, socialistas e anarquistas, que haviam encontrado abrigo e apoio em território espanhol, a partir de onde pretendiam fazer cair o regime salazarista. Efetivamente, “a esquerda governamental espanhola ajudava a esquerda oposicionista portuguesa da mesma maneira que a direita governamental portuguesa ajudava a direita oposicionista espanhola” (Sardica, 2013: 108). Um movimento bastante diferente desenvolveu-se com o início da Guerra Civil de Espanha.

A Guerra Civil de Espanha: fenómeno gerador de refugiados para Portugal (1936-1939)

Como foi possível comprovar através dos casos abordados anteriormente, em regra, portugueses e espanhóis procuraram acolhimento no país vizinho em momentos em que se manifestavam contra a situação política vigente no seu país e quando a realidade do outro lado da fronteira também lhes era favorável. No entanto, o caso dos refugiados republicanos espanhóis assumiu contornos excepcionais, uma vez que se dirigiram para Portugal durante a guerra civil, mesmo sendo conhecedores de que encontrariam um regime autoritário de direita que, inclusive, apoiava o golpe militar do qual pretendiam fugir.

Em termos da presença de espanhóis em Portugal, a ocorrência da guerra civil foi responsável pela sua redução, sobretudo se tivermos em consideração o seu movimento legal. Por outro lado, o conflito terá proporcionado o aumento das entradas ilegais de cidadãos desta nacionalidade, movimento onde se incluíram muitos dos refugiados, tendo em consideração todo o contexto que rodeou a sua fuga para Portugal. Esta situação ficou a dever-se, sobretudo, ao facto de “as passagens de fronteira se tornarem muito mais difíceis e fiscalizadas sob novos aspetos”⁴. Desta forma, quem não conseguia passar a fronteira dentro da legalidade, ou seja, com toda a documentação exigida para tal, tinha de recorrer à clandestinidade para o fazer, o que explica que muitos espanhóis tenham sido detidos sob justificação de se encontrarem «indocumentados» durante a guerra civil. Segundo os dados compilados pela PVDE, ao longo de 1936 entraram 27.433 espanhóis

⁴ ANTT, *Arquivo da PIDE/DGS*, SC, N.º 9258, Relatório da PVDE (1932-1938).

e saíram 27.909. Uma grande parte deste movimento concretizou-se entre janeiro e julho desse ano, portanto, ainda antes de despontar a guerra civil: entraram 21.230 e saíram 18.685. Na segunda metade de 1936, as diferenças foram bastante significativas, uma vez que entraram apenas 6.203 e saíram 9.224, refletindo o maior controlo e vigilância que então passaram a estar presentes no espaço fronteiriço, visíveis não só na redução significativa do número de entradas, como também ao nível da superiorização do número de saídas⁵.

Quadro 2 – Entrada e saída de espanhóis de Portugal (1936)

1936	Entradas	Saídas
1.º Semestre	21.230	18.685
2.º Semestre	6.203	9.224
Total	27.433	27.909

Fonte: ANTT, *Arquivo da PIDE/DGS*, SC, N.º 9258, Relatório da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (1932-1938).

Foi o desencadear de um conflito bélico, neste caso uma guerra civil, que precipitou a fuga de espanhóis para Portugal a partir de meados de julho de 1936. De uma forma geral, estes refugiados tinham como objetivo primordial escapar a uma situação de guerra. No entanto, existiram motivos mais específicos que conduziram à sua entrada no país vizinho, nomeadamente os combates que colocavam frente-a-frente nacionalistas e republicanos, a conquista de localidades por parte dos primeiros, a repressão desencadeada pelos rebeldes contra os seus opositores e a tentativa de fugir às frentes de combate, evitando a convocação militar (Oliveira, 1987: 155-156). O medo e a incerteza quanto ao seu futuro em caso de permanência em Espanha também influenciaram de forma muito significativa a saída de espanhóis com destino a Portugal, receando que pudessem vir a sofrer denúncias, captura por parte das tropas franquistas e fuzilamento.

Foi durante a fase inicial da guerra civil, sensivelmente até aos finais de 1936, que a entrada de refugiados em Portugal foi mais numerosa e intensa, uma vez que, nesta altura, os confrontos ainda ocorriam muitos próximos da fronteira portuguesa e as forças

⁵ ANTT, *Arquivo da PIDE/DGS*, SC, N.º 9258, Relatório da PVDE (1932-1938).

nacionalistas ainda não detinham o pleno controlo na região fronteiriça. Segundo algumas estimativas, o número de refugiados espanhóis em Portugal terá sido superior a 3.000 (Oliveira, 1987: 164), embora se possa considerar uma cifra ainda mais elevada, tendo em conta os muitos movimentos clandestinos realizados e sobre os quais não existem quaisquer registos. Ao longo dos últimos meses de 1936 a entrada de espanhóis em Portugal comportou uma dimensão essencialmente descendente, uma vez que os primeiros movimentos massivos tiveram lugar na fronteira Norte de Portugal, deslocando-se, posteriormente, para a região do Alentejo.

Nos finais de julho deste ano, um primeiro momento levou ao ingresso no Norte do país de militares espanhóis que haviam combatido os comandados por Franco nas províncias de Ourense e de Pontevedra e de civis que se haviam deslocado a partir de Vigo e de Tui; poucos dias depois, mais a Sul, regista-se a entrada de refugiados republicanos que procuram fugir da ocupação nacionalista de Badajoz, deslocando-se até à fronteira do Caia; sensivelmente na mesma altura, em meados de agosto, realiza-se um movimento distinto dos anteriores, uma vez que este é protagonizado por espanhóis residentes em Encinasola apoiantes do golpe franquista, que, perante a perspectiva da entrada de tropas republicanas, pedem auxílio em Barrancos; o quarto movimento mais significativo ocorre também em Barrancos, já em setembro, quando os rebeldes ocupam Oliva de la Frontera e levam à fuga da população local (Simões, 2016: 198-199). A partir dos finais do ano de 1936, sensivelmente, assiste-se a uma redução do número de refugiados que procuram entrar em Portugal, tornando-se movimentos mais esporádicos e menos intensos, fruto, sobretudo, do controlo fronteiriço que as autoridades nacionalistas passam então a ter. Ressalve-se, no entanto, que continuou a processar-se a fuga de refugiados espanhóis para o país vizinho, mesmo após o término da guerra civil, como o atestam muitos dos ofícios e dos relatórios trocados entre as autoridades portuguesas, já não em fuga de uma situação de guerra, mas de um regime político de natureza autoritária e repressiva.

O grupo de refugiados que se deslocou para Portugal no contexto da Guerra Civil de Espana foi bastante variado. Em primeiro lugar, do ponto de vista político, encontravam-se pessoas que defendiam a República e a Frente Popular, que, portanto, tinham simpatias políticas de esquerda, e pessoas que apoiavam o golpe militar de Franco, logo identificavam-se com ideologias de direita. No mesmo sentido, e em representação

dos dois grupos em confronto, para além da população civil que manifestava estas tendências políticas, também se refugiaram em Portugal elementos militares que procuravam fugir do conflito, quer fossem combatentes nas fileiras republicanas, quer fossem participantes no exército franquista, ou até mesmo quem, na generalidade, pretendia escapar à convocação militar. Entre os elementos civis contavam-se pessoas de todas as idades, homens, mulheres e crianças, e de todos os estratos socioprofissionais, ativas politicamente ou não, podendo ser cidadãos que apenas receavam perder a vida e não queriam permanecer num país em guerra e que, por isso, não se deslocavam por nenhuma razão do foro político.

Importa distinguir aqui o que foi o comportamento do Estado Novo perante os refugiados republicanos, apoiantes do governo da República em fuga da repressão franquista, e os refugiados nacionalistas, defensores do golpe militar e em fuga da perseguição republicana. A posição portuguesa foi bastante díspar, uma vez que, se no caso dos primeiros desencadeou uma intensa repressão política e policial, os segundos tiveram direito a um acolhimento muito mais favorável. Com efeito, após se comprovar que apoiavam a causa nacionalista, estes refugiados acabavam por ter o consentimento e a conivência das autoridades portuguesas para se poderem deslocar para as regiões espanholas que estavam controladas pelos franquistas (Oliveira, 1987: 156). A proximidade aos nacionalistas de Franco e a conseqüente repulsa em relação à República levavam as autoridades salazaristas a considerar que estes refugiados eram pacíficos, vistos como elementos da ordem e de bem, o que contrastava com o entendimento que tinham sobre os refugiados republicanos, percebidos como revolucionários e perturbadores da ordem pública e da segurança do país.

Foi precisamente este entendimento e o receio do contágio político-ideológico e revolucionário que levou o Estado Novo a agir repressivamente contra os «vermelhos», ou seja, os refugiados espanhóis identificados como comunistas. De facto, o período da guerra civil foi particularmente marcado pelo aumento da repressão policial, sobretudo no decorrer de 1936 e 1937, uma das fases de maior endurecimento do regime, muito por força da “radicalização política e da ameaça de contágio da guerra em Espanha” (Palacios Cerezales, 2011: 276). Este posicionamento português levou à prisão de cerca de 500 espanhóis entre 1936 e 1939, a grande parte dos quais foi detida por motivos relacionados com a situação então vivida em Espanha, constando nos seus registos de detenção

expressões como “refugiado político”, “refugiado comunista”, “indocumentado”, “foragidos políticos” e “motivo dos acontecimentos revolucionários em Espanha”⁶.

Ao contrário dos refugiados que simpatizavam com a causa nacionalista, os refugiados republicanos encontraram um tratamento muito diferenciado em Portugal, sendo-lhes colocadas muitas dificuldades à sua entrada e circulação pelo país, assim como foram alvo de perseguição e, muitas vezes, condenados a serem entregues às autoridades franquistas, como comprova uma carta dirigida a Salazar por alguns destes elementos:

estamos a ser perseguidos de modo desumano pelas autoridades portuguesas. Porque é desumano que nós, que respeitamos a política de Portugal, que buscamos a proteção das suas leis, sejamos obrigados a levar uma vida absolutamente indigna. É desumano que nos persigam a tiro nas aldeias e montes (temos testemunhos). É desumano, Excelentíssimo Senhor, que quando somos detidos nos entreguem aos nacionalistas espanhóis⁷.

Os republicanos espanhóis que entraram em Portugal ao longo deste período estiveram sujeitos às duras condições de vida que marcavam a realidade das prisões portuguesas, nomeadamente ao nível da sobrelotação dos espaços, o que, por outro lado, acabava por dificultar a vigilância das próprias autoridades. Estes fugitivos passaram sobretudo pelo Forte de Caxias, o Aljube, Forte de Nossa Senhora da Graça, em Elvas, e Forte de São João de Deus, em Bragança, com destaque para o primeiro, que contou com uma presença significativa de refugiados. Nos finais de setembro de 1936, mês a partir do qual começou a declinar a entrada de refugiados no país, a PVDE contabilizava a existência de 255 espanhóis em Caxias entre o total de 496 presos dessa nacionalidade então registados em Portugal, encontrando-se os restantes concentrados em localidades como Bragança, Elvas e Moura⁸. Poucos dias antes, uma outra informação mencionava que estavam detidos no Forte de Caxias 94 militares e 53 civis espanhóis, num total de 147 pessoas (Velázquez Hernández, 2017: 863).

Os refugiados também foram agrupados pelas autoridades salazaristas nos campos especiais criados em Barrancos, onde, apesar de usufruírem de uma maior liberdade de movimentos, continuavam a estar sob controlo do governo português. Estes campos foram estabelecidos nas Herdades da Coitadinha e das Russianas em setembro de 1936,

⁶ ANTT, *Arquivo da PIDE/DGS*, SC, Registo Geral de Presos.

⁷ ANTT, *Arquivo António de Oliveira Salazar*, CO/NE-9 I, Carta de um grupo de espanhóis refugiados em Portugal a António de Oliveira Salazar, 13 de setembro de 1937.

⁸ ANTT, *Arquivo António de Oliveira Salazar*, CO/IN-8 C, pt. 1, Informações da PVDE sobre presos políticos portugueses e estrangeiros, 25 de setembro de 1936.

após Franco ocupar Oliva de la Frontera e provocar a saída massiva da população residente. Em termos numéricos, nos primeiros dias contabilizou-se a presença de 806 refugiados na Coitadinha, posteriormente reduzido a 614 pessoas. Contudo, estes eram os números conhecidos pelas autoridades, uma vez que, na realidade, passaram mais de 1.000 refugiados pela região de Barrancos nesta altura (Faria, 2021: 349). Na fase inicial da sua estadia, foram alimentados com os seus próprios recursos e com donativos da própria população de Barrancos (Espinosa Maestre, 2003: 116-117). Porém, perante as elevadas despesas, estes recursos esgotaram rapidamente e durante alguns dias os refugiados tiveram de ser sustentados pelo governo português, por intermédio do Ministério da Guerra⁹, algo que não agradava a Salazar. Esta situação durou até ao dia 9 de outubro de 1936, altura em que seguiram no *Niassa* numa ação de repatriamento para a Catalunha.

Os refugiados de Barrancos e outros que se encontravam detidos nas várias prisões portuguesas constituíram um grupo de, aproximadamente, 1.500 pessoas que foram repatriadas pelo governo português. Esta ação decorreu de uma série de pressões nacionais e internacionais sobre o tratamento que os refugiados republicanos recebiam em Portugal, levando Salazar a acordar a sua saída do país com destino a uma região espanhola ainda controlada pela República (Simões, 2018: 113). Particularmente, o governo português era acusado de realizar entregas constantes de refugiados a Franco, o que, na prática, representava a entrega destes espanhóis ao fuzilamento nacionalista.

Bastante distinta da posição repressiva do governo português foi a atitude da população, em particular a residente na fronteira. Em muitos momentos, o auxílio concedido pela população portuguesa, nomeadamente em termos de alimentação, alojamento e documentação, foi fundamental para a sobrevivência dos refugiados em Portugal e para evitar que fossem capturados e entregues aos nacionalistas, sendo que esta ajuda “foi proporcionada com base em sentimentos humanitários, sem ter em conta as simpatias políticas dos fugitivos espanhóis” (Faria, 2021: 322). Contudo, também ocorreram casos em que os refugiados experienciaram momentos de repulsa, o que significou, sobretudo, a denúncia da sua presença no país, levando a perseguições por parte das autoridades e de pessoas influentes da região, nomeadamente em Barrancos e

⁹ Arquivo Histórico Militar, Fundo 1, Série 38, N.º 08, Cx. 63, Cap. 2, Missão Militar Portuguesa de Observação em Espanha, Ofício do comandante da 4.ª Região Militar para o Ministério da Guerra, 22 de outubro de 1936.

em Campo Maior (Loff, 2020: 18; Cunha, 2020: 111). Na concessão do auxílio português foram protagonistas a população civil e elementos das autoridades, cuja ação, ao ser descoberta, foi alvo da repressão do regime, nomeadamente a prisão, sofrida pelos civis, e o despedimento, atribuído aos agentes, caso do tenente António Augusto de Seixas, que se empenhou em ajudar refugiados espanhóis na região de Barrancos (Simões, 2007).

Conclusão

Ao longo da década de 1930, as mudanças políticas ocorridas em Espanha geraram várias e diferentes vagas de refugiados com destino a Portugal. Um primeiro movimento após abril de 1931, quando foi instaurada a II República, e continuou ao longo dos anos seguintes, protagonizado por refugiados de direita, pessoas que se opunham ao governo republicano e que pretendiam o seu derrube. A sua presença em Portugal foi bastante tolerada pelo regime salazarista, que partilhava das suas políticas e ideologias, permitindo que estes refugiados circulassem livremente pelo país e pudessem desenvolver os seus planos conspirativos. Este primeiro movimento foi reforçado com a entrada de novos refugiados após o triunfo eleitoral da coligação de esquerda da Frente Popular em fevereiro de 1936, que continuaram a usufruir da boa hospitalidade proporcionada pelo governo português, favorável ao desenvolvimento da conspiração que terminaria no levantamento militar de 18 de julho, inicialmente pensado pelo general Sanjurjo, refugiado em Portugal, mas que acabou por ser liderado pelo general Franco devido à morte do primeiro.

Este golpe militar, e conseqüente guerra civil, provocaram alterações ao nível da composição do grupo de refugiados espanhóis que a partir de então passou a procurar acolhimento no país vizinho. Começam a fugir para Portugal pessoas que, receando perder a vida, queriam apenas evitar permanecer num país em guerra, mas sobretudo espanhóis que se opunham à sublevação nacionalista e que defendiam o governo legítimo da República, posição que os levou a sofrer a repressão do regime de Salazar, opositor do governo republicano espanhol e colaboracionista com os rebeldes de Franco. No mesmo sentido, espanhóis que apoiavam o golpe militar, mas que temiam o avanço das tropas republicanas, também buscaram refúgio em Portugal, usufruindo do mesmo acolhimento positivo por parte do governo português que já havia sido concedido aos seus concidadãos antes da guerra civil.

Na génese das distintas posições assumidas pelo regime ditatorial português perante as várias vagas de refugiados espanhóis esteve o contexto ibérico da década de 1930, nomeadamente ao nível das questões políticas e das relações diplomáticas entre os dois países. Na prática, a implantação da II República, em 1931, e a vitória da Frente Popular nas eleições de fevereiro de 1936 em Espanha levaram à saída de refugiados de direita, ao passo que o levantamento militar desencadeado pela extrema-direita espanhola, em julho de 1936, precipitou a fuga de refugiados de esquerda, sendo a guerra civil que se seguiu responsável pelo abandono do país por parte de pessoas de qualquer tendência política ou mesmo daqueles que não eram politicamente ativos. Ao longo de todo este período, o Estado Novo manifestou sempre o receio de que a situação vivida em Espanha pudesse influenciar possíveis acontecimentos em Portugal e provocar o derrube do regime, ou mesmo a anexação do país, estando em causa razões do foro político e ideológico, mas também uma preocupação com a soberania do país na questão dos refugiados espanhóis que transitaram pelo país vizinho.

Bibliografia

ANJOS, Maria Cristina (2012), *O turismo no eixo costeiro Estoril-Cascais (1929-1939): equipamentos, eventos e promoção do destino*, Tese de Doutoramento, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

BAHAMONDE, Ángel (2005), “La guerra civil (1936-1939)”, *Historia de España siglo XX, 1875-1939*, Madrid Cátedra, pp. 637-687.

BARRIGA, Paulo (1999), “Campos de concentração. O envolvimento português na Guerra Civil de Espanha”, *Cadernos do Museu*, n.º2.

CLÍMACO, Cristina (2017), *Republicanos, anarquistas e comunistas no exílio, 1927-1936*, Lisboa, Edições Colibri.

CUNHA, Luís (2006), *Memória social em Campo Maior. Usos e percursos da fronteira*, Lisboa, D. Quixote.

CUNHA, Luís (2020), “A guerra também foi nossa: memórias raianas da guerra civil espanhola”, *Pelourinho*, N.º 24, pp. 105-118.

ESPINOSA MAESTRE, Francisco (2003), *La columna de la muerte. El avance del ejército franquista de Sevilla a Badajoz*, Barcelona, Crítica.

Fábio Alexandre Faria – *Passando a fronteira em tempos conturbados. Refugiados espanhóis em Portugal no decorrer da década de 1930*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n° 1 2023. 54-74. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1a4

FARIA, Fábio Alexandre (2021), *Refugiados espanhóis em Portugal: entre a repressão policial e a solidariedade popular (1936-1945)*, Tese de Doutoramento, Lisboa, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

FARINHA, Luís (1996), *O Revirvalho. Revoltas republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo, 1926-1940*, Lisboa, Editorial Estampa.

FOX, Ralph (2006), *1936 – Portugal now*, Lisboa, Tinta-da-china.

HERAS HERNÁNDEZ, Soledad Gómez de las (1992), “Portugal ante la Guerra Civil Española”, *Espacio, Tiempo y Forma*, Serie V, Historia Contemporánea, Tomo V, pp. 273-292.

LOFF, Manuel (2020), “O drama dos refugiados e das populações raianas”, *Pelourinho*, N.º 24, pp. 13-29.

MENESES, Filipe Ribeiro de (2010), *Salazar. Uma biografia política*, Alfragide, D. Quixote.

OLIVEIRA, César (1985), *Portugal e a II República de Espanha, 1931-1936*, Lisboa, Perspetivas & Realidades.

OLIVEIRA, César (1987), *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, O Jornal.

OLIVEIRA, César (1995), *Cem anos nas relações luso-espanholas. Política e economia*, Lisboa, Edições Cosmos.

PALACIOS CEREZALES, Diego (2011), *Portugal à coronhada. Protesto popular e ordem pública nos séculos XIX e XX*, Lisboa, Tinta-da-china.

PAYNE, Stanley G. (2019), *La guerra civil española*, Madrid, Ediciones Rialp.

PENA RODRÍGUEZ, Alberto (1999), *La emigración gallega en Portugal y el intercambio ideológico entre el franquismo y el salazarismo (1936-1939)*, Vigo, Universidade de Vigo.

PENA RODRÍGUEZ, Alberto (2010), “Portugal, España y la historia del Estado Novo. Las relaciones ibéricas y los médios de comunicación salazaristas en los años treinta”, in Maria Manuela Tavares Ribeiro (coord.), *Outros combates pela História. História, educação e comunicação*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 437-461.

PÉREZ RODRÍGUEZ, Jonay (2022), *Los indeseables españoles. La gestión de los refugiados en Francia (1936-1945)*, Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales.

PRESTON, Paul (2011), *A Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Edições 70.

Fábio Alexandre Faria – *Passando a fronteira em tempos conturbados. Refugiados espanhóis em Portugal no decorrer da década de 1930*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 13 n.º 1 2023. 54-74. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist13_1a4

QUEIRÓS, António José (2009), “As relações luso-espanholas: da Primeira República à União Europeia (1910-1997)”, *População e Sociedade*, n.º 17, pp. 131-153.

RODRIGUES, Luís Nuno (1996), *A Legião Portugal. A Milícia do Estado Novo, 1936-1944*, Lisboa, Editorial Estampa.

RODRIGUES, Luís Nuno (2019), *1936 – Portugal, uma retrospectiva*, Lisboa, Público e Edições Tinta-da-china.

SÁNCHEZ CERVELLÓ, Josep (2002), “Portugal y España: encuentros y desencuentros (1640-2002)”, *Historia y Política. Ideas, procesos y movimientos sociales*, n.º 7, pp. 267-287.

SARDICA, José Miguel (2013), *Ibéria. A relação entre Portugal e Espanha no século XX*, Lisboa, Alêtheia Editores.

SARDICA, José Miguel (2018), “A sombra do ‘outro’: a Guerra Civil de Espanha e o reforço do nacionalismo português hispanóphobo”, *Abriu*, n.º 7, pp. 127-146.

SANZ-HERNANDO, Clara (2020), “Crónicas de guerra: la matanza de Badajoz e la batalla del Alcázar de Toledo en la prensa portuguesa”, *Ler História*, n.º 77, pp. 159-180.

SIMÕES, Dulce (2007), *Barrancos na encruzilhada da Guerra Civil de Espanha. Memórias e testemunhos, 1936*, Barrancos, Câmara Municipal de Barrancos.

SIMÕES, Dulce (2016), *A Guerra de Espanha na raia luso-espanhola. Resistências, solidariedades e usos da memória*, Lisboa, Edições Colibri.

SIMÕES, Dulce (2018), “Exilados e refugiados na fronteira luso-espanhola do Baixo Alentejo nos séculos XIX e XX”, *Pelourinho*, N.º 22, pp. 95-122.

TORRE GÓMEZ, Hipólito de la (1998), *A relação peninsular na antecâmara da guerra civil de Espanha (1931-1936)*, Lisboa, Edições Cosmos.

TORRE GÓMEZ, Hipólito de la (2010), *O Estado Novo de Salazar*, Alfragide, Leya.

VELÁZQUEZ HERNÁNDEZ, Aurelio (2017), “Fugitivos en tránsito. El exilio republicano español a través de Portugal (1936-1950)”, *Hispania*, n.º 257, pp. 857-883.

VICENTE, António Pedro (2003), *Espanha e Portugal. Um olhar sobre as relações peninsulares no século XX*, Lisboa, Tribuna da História.

VIÑAS, Ángel (ed.) (2012), *En el combate por la historia. La Republica, la guerra civil y el franquismo*, Barcelona, Pasado y Presente.